



Acervos negros e a dimensão epistemológica das ações afirmativas na universidade: o caso do arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Aldair Rodrigues¹

RODRIGUES, A. **Acervos negros e a dimensão epistemológica
das ações afirmativas na universidade:**
o caso do arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP
História Social, vol. 20, p. 01-45, e025007, 2025

Resumo: O artigo analisa o impacto epistemológico da incorporação de 17 acervos ligados ao movimento negro e ao Hip Hop ao Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), realizada entre 2020 e 2025 no âmbito do projeto Afro Memória. Com base em estudo de caso institucional e análise documental, argumenta-se que a preservação e a difusão desses conjuntos reconfiguram o lugar da experiência negra na universidade ao reposicionar fundos e coleções como referência primária para pesquisa, ensino e extensão. O texto discute ainda efeitos concretos sobre agendas de pesquisa (história das cotas e da igualdade racial, feminismo negro, políticas públicas, Hip Hop) e sobre infraestruturas do conhecimento — incluindo lacunas bibliográficas evidenciadas e a criação de novos descritores no sistema de bibliotecas.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Arquivos. Epistemologia.

¹ Professor livre-docente do departamento de História da UNICAMP, foi diretor (2020-2022) e diretor associado (2017-2020) do Arquivo Edgard Leuenroth. E-mail: aldair16@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5360-1120>.



Black archives and the epistemological dimension of affirmative action in higher education:

the case of the Edgard Leuenroth archive (UNICAMP)

Aldair Rodrigues

Abstract: This article examines the epistemic impact of incorporating 17 collections related to Black movements and Hip Hop into the Edgard Leuenroth Archive (University of Campinas), carried out between 2020 and 2025 within the Afro Memória project. Drawing on an institutional case study and documentary analysis, we argue that preserving and providing access to these holdings reshapes the position of Black experience in the university by repositioning funds and collections as primary references for research, teaching, and outreach. The paper highlights concrete effects on research agendas (the history of racial quotas and racial equality, Black, public policy, Hip Hop) and on knowledge infrastructures—including revealed bibliographic gaps and the creation of new descriptors in the library system.

Keywords: Affirmative action. Archives. Epistemology.

Introdução

Este texto discute o processo de incorporação de 17 acervos ligados ao movimento negro e ao Hip Hop ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) no contexto de implementação das ações afirmativas na Unicamp. A iniciativa, desenvolvida entre 2020 e 2025, integra o projeto *Afro Memória*, realizado em parceria com o Afro-Cebrap e com a linha de pesquisa *Hip Hop em Trânsito* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para preservar e difundir conjuntos documentais de organizações negras, ampliando

o acesso e o reconhecimento de seus legados.² O artigo busca contribuir para os debates sobre as ações afirmativas no ensino superior ao evidenciar o impacto epistemológico da disponibilização de um amplo repertório de referências produzidas nas lutas antirracistas dos séculos XX e XXI.

Argumentamos que, ao serem incorporados a um arquivo público situado em uma universidade, esses conjuntos documentais passam por um processo de resignificação: o legado das organizações que denunciaram a desigualdade racial e reivindicaram políticas públicas transforma-se ao adquirir o estatuto de fundos e coleções capazes de fornecer repertórios de fontes primárias e secundárias centradas na experiência negra. Tal movimento promove o encontro entre estudantes e referências afrocen-tradas, prolongando e multiplicando as lutas registradas nesses documentos históricos, ao deslocar o protagonismo negro para o centro da arena acadêmica.

Essa faceta das políticas afirmativas é mais difícil de mensurar por indicadores quantitativos. Por isso, defendemos que um caminho promissor para seu acompanhamento é a discussão pública das experiências, em diálogo com a bibliografia sobre a história do movimento negro, o qual é considerado aqui em sua pluralidade de perspectivas.³ Nesse sentido, as re-

² Esse esforço coletivo abrange um grupo de sete pesquisadores: Aldair Rodrigues (UNICAMP), Daniela Vieira Lima (Hip Hop em Trânsito-UNICAMP), Guilherme Lassabia de Godoi (Afro-CEBRAP; USP, pós-graduação em Sociologia), Jaqueline Lima (Hip Hop em Trânsito-UNICAMP), Maria Júlia Ananias (Afro-CEBRAP; USP, pós-graduação em Sociologia), Mário Medeiros da Silva (UNICAMP/ AEL) e Paulo César Ramos (Afro-Cebralp/ pós-doc UNICAMP). Informações detalhadas sobre o projeto podem ser encontradas em seu site: <https://afromemoria.afrocebralp.org.br/> Acesso em 10/08/2025.

³ O uso da construção “movimento negro” no singular implica uma ampla diversidade de organizações e lideranças. Seguimos aqui a definição de Lélia Gonzalez quando discute se devemos falar em movimentos negros ou movimento negro: “exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja a especificidade é o significante negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade.” GONZALEZ, Lélia. “O Movimento Negro na última década”. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos (Orgs.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 19. Em sentido próximo, Amílcar Pereira define movimento negro da seguinte maneira: “considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa

flexões deste artigo se voltam menos para as políticas de acesso à universidade e mais para as transformações curriculares e agendas de pesquisa associadas à ampliação de referências e fontes negras no espaço acadêmico.

O texto está articulado em cinco partes. Na primeira, apresentamos um breve histórico da adoção das cotas raciais na Unicamp. Na segunda, analisamos a demanda discente por renovação dos currículos e práticas acadêmicas a partir de referências negras. Na terceira, detalhamos o escopo do projeto de preservação dos acervos das organizações negras no âmbito do AEL. A quarta seção aborda o potencial dessa documentação para o estudo da construção histórica das lutas pelas ações afirmativas e seus desdobramentos na produção de conhecimento — tomando como exemplo o estudo da própria história das cotas. Por fim, examinamos o impacto da coleção bibliográfica do acervo King Nino Brown na composição das bibliotecas da Unicamp, destacando as potencialidades das referências teóricas geradas pelas culturas negras, notadamente pelo Hip Hop.

1. As cotas na Unicamp

A Unicamp foi uma das últimas universidades públicas brasileiras a adotar cotas raciais em seu vestibular. Desde 2005, no lugar desse critério, a universidade vinha utilizando um programa de ações afirmativas baseado no sistema de bonificação, que aumentava as notas de alunos de escolas públicas no vestibular, com pontos adicionais a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Isso ocorria no âmbito do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) e, desde 2011, do ProFIS (Programa de Formação Interdisciplinar), que é o programa de ingresso de alunos de escolas públicas de Campinas por meio de processo de seleção específico do projeto⁴.

e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.” PEREIRA, Amílcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Niterói: UFF, 2010. p. 26-27.

⁴ INADA, Angélica Kimie. **Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do**

Os dados sobre o perfil dos ingressantes mostravam o sucesso do PAAIS na inclusão de alunos de escolas públicas, pois haviam chegado perto de 50% dos aprovados no vestibular em 2016, ao mesmo tempo que evidenciavam o fracasso na inclusão de alunos pretos e pardos na universidade. Isso levou a revisões no sistema de bonificação nos vestibulares de 2014 e 2015 no intuito de aumentar a inclusão dessa parcela da população, o que teve impacto bastante limitado⁵. A persistência desse cenário de baixa inclusão de estudantes negros provocou uma grande mobilização liderada por estudantes negros do Núcleo de Consciência Negra (NCN) e da Frente Pró-Cotas (FPC), que culminou na aprovação do princípio de cotas étnico-raciais no Conselho Universitário de maio de 2017, juntamente com o vestibular indígena⁶. As cotas foram depois adotadas

núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635012>.

SILVÉRIO, Valter. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 30–46, 2022, p. 36-37.

⁵ MAIA, Rafael; ALMEIDA, Ana Maria; NETO, José Alves. Experiências com ações afirmativas: o caso da Unicamp. *Nexo Políticas Públicas*, 16 de março de 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinia/2022/Experi%C3%AAncias-com-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-o-caso-da-Unicamp>; NETO, José Alves. Linha do tempo das ações afirmativas na Unicamp. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). **O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025, p. 101-105.

⁶ INADA, Angélica Kimie. **Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635012>; LISBOA, Sofia Bonuccelli Heringer. **“Cotas sim, cortes não!” – a conquista das cotas étnico-raciais na Unicamp**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641512>; SILVA OLIVEIRA, Fellipe Bruno da. **Identidade e agência de estudantes negras em contexto de letamentos acadêmicos no período de aprovação das cotas na Unicamp**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2898>. Acesso em: 21 nov. 2022; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Rumos e desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Ações afirmativas no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 157-182.

no vestibular de 2019, gerando um salto no percentual de ingressantes pretos e pardos. Conforme dados da COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares-UNICAMP) analisados por Ana Almeida, José Alves e Rafael Maia, eles ultrapassaram a representatividade demográfica no estado de São Paulo (Segundo IBGE, 34,4%) já no primeiro ano da política, chegando a 37,5% do total de aprovados. Antes, entre 2005 e 2018, esse segmento variava entre 15,4% e 24,7%, e com baixa incidência nos cursos de alta demanda⁷.

No âmbito da pós-graduação da Unicamp, as cotas raciais começaram a ser adotadas antes do vestibular e não seguiram um modelo geral para toda a universidade, em razão da autonomia dos programas; ainda hoje nem todos optam pelas ações afirmativas. O IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), em 2015, foi o primeiro a aceitar a inclusão de cotas raciais no processo seletivo dos seus oito programas de pós-graduação. Mário Medeiros da Silva, ao reconstituir em detalhes as mobilizações que antecederam a aprovação do princípio de cotas no instituto em março de 2015, sublinha o protagonismo de estudantes negros no processo. Organizados principalmente no Núcleo de Consciência Negra, Frente Pró-Cotas, eles promoveram debates e reuniram dados que subsidiaram e fortaleceram a discussão da proposta na congregação da unidade. Além deles, foi importante também o apoio de docentes do instituto e funcionários⁸.

2. Demandas por renovação dos currículos e das práticas acadêmicas

A mobilização dos estudantes negros nas universidades não se encerrou com a adoção do princípio das cotas raciais nos processos de ingresso.

⁷ MAIA, Rafael; ALMEIDA, Ana Maria; NETO, José Alves. O perfil dos estudantes da Unicamp. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). **O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2025, p. 167-172.

⁸ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Rumos e desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Ações afirmativas no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 157-182.

Eles passam a questionar o *status quo* universitário a partir da constatação de que o aparato acadêmico que os recebe foi constituído sob a longa ausência da população negra no corpo docente e nas instâncias decisórias. Muitos se organizam em coletivos e articulam-se com redes nacionais que, há décadas, vêm pautando o impacto das desigualdades étnico-raciais nas dinâmicas de produção do conhecimento. Quando as cotas foram adotadas na Unicamp, já havia no país um vigoroso movimento de renovação intelectual vinculado a essa política pública, em curso desde o início dos anos 2000. As ações afirmativas propiciaram a formação de um expressivo contingente de pesquisadores negros, responsáveis por reformular os modos de conceber e desenvolver projetos acadêmicos e sociais mais inclusivos. O epicentro desse acúmulo intelectual concentrou-se, em grande parte, nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs ou NEABIs, quando incluem os estudos indígenas), atualmente articulados no Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs). A esse aparato somam-se o pioneirismo dos Núcleos de Consciência Negra, a atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a mobilização de redes como a de historiadorxs negrxs, entre outros coletivos que consolidam a presença e a agenda negra no meio acadêmico brasileiro.

Tais redes e associações impulsionam e fortalecem as lutas por maior visibilidade da produção intelectual negra por meio de eventos, publicações, exposições e presença ativa nas redes sociais. O fato de algumas delas terem sido criadas antes mesmo da implementação das políticas de cotas favorece o diálogo entre diferentes gerações de pesquisadores: parte desses intelectuais já atua na carreira docente há anos e se tornou referência para jovens investigadores que ingressam no campo acadêmico.

À medida que se afirmam como sujeitos produtores de conhecimento científico, estudantes de graduação e pós-graduação passam a questionar as lógicas e dinâmicas que regem o campo acadêmico. Promovem debates informados por aportes teóricos que tematizam as relações assimétricas de poder subjacentes às políticas de validação da produção intelectual,

bem como o impacto das desigualdades étnico-raciais, sociais e de gênero nesses sistemas⁹. Essa ação política coloca em perspectiva crítica a relação entre sujeito e objeto de estudo e problematiza o eurocentrismo na organização das disciplinas. Nesse sentido, Guimarães, Rios e Sotero observam que o currículo “passa a ser objeto de bastante discussão dos coletivos, que se apoiam na leitura de autores decoloniais, pós-coloniais, subalternos, fanonianos, afrocentrados, pan-africanistas, feministas e queers, que vão lastrear um novo discurso político e subsidiar exigências por mudanças epistemológicas na academia”. Essas demandas se refletem no aumento do interesse por temas como história da África, culturas negras, desigualdades raciais e discriminação racial nos trabalhos de graduação e pós-graduação¹⁰.

Nas humanidades, essa dinâmica é visível na mobilização estudantil pelo resgate de intelectuais negros que estiveram por décadas ausentes das ementas de diversas disciplinas, como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Luiza Bairros, entre outros. Observa-se um movimento de reivindicação do lugar desses autores na formação de um novo cânone de intérpretes do Brasil. Esse processo começa a ganhar respaldo acadêmico na produção de professores engajados em revisões epistemológicas das configurações disciplinares¹¹.

⁹ KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019; RIBEIRO, Djamil. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019; CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

¹⁰ GUIMARÃES, Antonio Sérgio; RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020, p. 31 e 320; ARTES, Amélia; MENA-CHALCO, Jesús. Expansão da temática “relações raciais” no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1221-1238, 2017; SILVÉRIO, Valter. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 30-46, 2022.

¹¹ ASSUNÇÃO, Marcello; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 229-252, 2021.

A pressão discente busca conectar a universidade às redes de circulação e produção intelectual do movimento negro. Os estudos sobre a difusão das obras de Frantz Fanon no Brasil mostram que sua recepção ocorreu, sobretudo, entre intelectuais e ativistas negros¹². Antes de comporem as ementas universitárias, seus textos circulavam nas organizações negras, transmitidos de mão em mão por meio de fotocópias. Além de Fanon, podem ser incluídos nesse rol autores vinculados à negritude e às lutas de independência africanas. As dinâmicas de interação intelectual e política entre os dois lados do Atlântico ganham visibilidade, por exemplo, nos depoimentos de Amauri Pereira, Cuti, Gilberto Leal e Zélia Amador aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Pereira¹³. Escritos produzidos nos espaços lusófonos da África, sobretudo nos anos 1960 e 1970, exerceram impacto significativo no ativismo negro brasileiro, alimentando redes e alianças transatlânticas¹⁴.

A interpelação ao *status quo* acadêmico não se limita às humanidades. Em abril de 2022, por exemplo, estudantes negros da 59ª turma de medicina da Unicamp, em conjunto com o Coletivo Quilombo Ubuntu, colocaram em debate o fato de a maioria dos cadáveres utilizados nas aulas do Laboratório de Anatomia do Instituto de Biologia ser de pessoas negras. Com apoio da Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DeDH) e do Centro Acadêmico Adolfo Lutz, organizaram um evento no teatro de arena do campus para discutir o tema com a comunidade universitária e realizaram uma homenagem às pessoas anônimas cujos

¹² PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Niterói: UFF, 2010, p. 106-163; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon pela juventude negra. In: _____. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021, p. 169-192; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. **Estudos Históricos**, v. 26, n. 52, p. 369-390, 2013.

¹³ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos** ao Cpdoc. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

¹⁴ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. “Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960”. **Análise Social**, v. 52, n. 225, p. 804-826, 2017.

corpos integravam os laboratórios, inaugurando ao final um memorial. O ingresso de um contingente expressivo de estudantes pretos e pardos nos cursos das ciências biomédicas tem contribuído, assim, para desnaturalizar práticas e lógicas vigentes há décadas nesses espaços. A prevalência de corpos negros nas aulas de anatomia foi debatida no contexto mais amplo das desigualdades estruturais implicadas nas práticas de produção e transmissão de conhecimento e na formação profissional dessas áreas.¹⁵

A onda antirracista impulsionada pelas cotas raciais tem promovido uma ampla renovação das universidades. A multiplicidade de perspectivas sociais trazidas pelos novos sujeitos do espaço acadêmico provoca deslocamentos nas condutas intelectuais, na proposição de problemas e na formulação de projetos mais permeáveis aos diversos segmentos que compõem a sociedade brasileira.

É nesse quadro mais amplo que situamos a incorporação de acervos negros pelo Arquivo Edgard Leuenroth como contribuição para a efetivação das ações afirmativas. Esses acervos têm potencial para transformar o repertório de referências que informa a produção de conhecimento, tanto pela ampliação das temáticas de pesquisa quanto pelas mudanças metodológicas que se tornam possíveis a partir de documentos que registram o protagonismo negro em primeira pessoa.

O reconhecimento da relevância epistemológica desses acervos dialoga com a tese de Nilma Lino Gomes sobre as contribuições teóricas e os saberes do movimento negro para a produção e transmissão do conhecimento. Para a autora, “os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade”¹⁶. Nesse sentido, “muito do que

¹⁵ Turma de Medicina faz homenagem aos cadáveres negros do Laboratório de Anatomia, 13/04/2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/04/13/turma-de-medicina-faz-homenagem-aos-cadaveres-negros-do-laboratorio-de-anatomia>. Um artigo mais completo sobre o evento pode ser encontrado no site da Diretoria de Direitos Humanos da Unicamp: “Homenagem aos cadáveres negros do laboratório de anatomia: Um ato antirracista e de resistência”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.unicamp.br/destaques/homenagem-aos-cadaveres-negros-do-laboratorio-de-anatomia-um-ato-antirracista-e-de-resistencia/>.

¹⁶ GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por**

sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e do negro no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana [...] só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do movimento negro”¹⁷. O legado documental das organizações negras registra as múltiplas facetas dessa pressão e potencializa seus desdobramentos no campo acadêmico.

3. Objetivos do Arquivo Edgard Leuenroth em sua parceria com Afro-Cebrap e CEMI

O projeto de preservação dos acervos negros em análise abarca principalmente o legado documental de ativistas e intelectuais do movimento negro contemporâneo dos últimos 40 anos, cujas trajetórias são cruciais para a compreensão das lutas antirracistas, de modo particular, e da história do país, de modo geral. Dado o contexto em que a Unicamp está inserida, prevalecem grupos de São Paulo, mas há um esforço para incluir entidades de outros estados. Até o momento, trabalhamos com 17 acervos, quais sejam (em ordem de entrada no projeto): Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa (Movimento Negro Unificado - SP)¹⁸, Milton Barbosa (Movimento Negro Unificado - SP), Geledés Instituto da Mulher Negra, Januário Garcia, Soweto Organização Negra, King Nino Brown, Alexandre de Maio, Chico Piauí e Jacira da Silva (Movimento Negro Unificado-DF), Estevão Maya Maya, José Correia Leite, Quilombhoje, Azoilda Trindade, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), Matilde Ribeiro, Helenira Resende e Adalberto de Assis Nazareth, Miriam Nicolau Ferrara e Flávio Carrança.

emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 16.

¹⁷ Ibidem, p. 07.

¹⁸ Sobre o conteúdo do acervo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa e sua incorporação ao AEL no âmbito do projeto Afro Memória, ver: GODOI, Guilherme Lassabia de. **Os caminhos da construção da memória negra: um estudo à luz do Arquivo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa**. São Paulo: FFLCH-USP, 2025. Dissertação de mestrado.

No conjunto global, os acervos documentam momentos centrais das lutas contra a discriminação racial: as mobilizações durante a ditadura militar; o combate ao mito da democracia racial; a resistência à violência policial; os protestos e reivindicações dos anos 1980 pela inclusão do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira na educação básica; a formação e expansão do feminismo negro; a participação do movimento negro no processo constituinte; as demandas por políticas de reparação histórica, igualdade racial e ações afirmativas nas décadas de 1990 e 2000; as alianças com lideranças africanas na luta contra o apartheid; as articulações internacionais — sobretudo latino-americanas — que antecederam a participação brasileira na Conferência de Durban, em 2001, e seus desdobramentos no país; além do ativismo e da literatura negra, do movimento Hip Hop e da produção cultural negra em diversos campos. Em termos cronológicos, apenas o acervo de José Correia Leite remonta ao início do século XX; os demais abrangem as últimas quatro décadas das lutas antirracistas.

Fundo ou coleção	Abrangência cronológica aproximada	Mês/ ano - doação ou parceria
1. Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa – Movimento Negro Unificado	1978-2019	Doado em março de 2020
2. Milton Barbosa – Movimento Negro Unificado	1978-2020	Doado em março de 2020
3. Soweto Organização Negra	1991-2020	Doado em fevereiro de 2021
4. Geledés – Instituto da Mulher Negra	1988-2020	Doado em junho de 2021
5. King Nino Brown	1975-2020	Doado em novembro de 2021.
6. Alexandre de Maio - Era de Ouro do Hip Hop	1990-2021	Doado em março de 2022
7. Estevão Maya Maya	1969-2020	Doado em maio de 2022
8. José Correia Leite	1928-1991	Doado em maio de 2022
9. Chico Piauí e Jacira Silva	1978-2021	Doado em junho de 2022
10. Quilombhoje	1978-2022	Doado em junho de 2022
11. Azoilda Trindade	1990-2015	Doado em julho de 2022
12. CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades)	1995-2021	Doado em setembro de 2022
13. Fotógrafo Januário Garcia	1971-2018	Doado em 2023 ¹⁹
14. Matilde Ribeiro	em identificação	Doado em 2023
15. Helenira Resende e Adalberto de Assis Nazareth	em identificação	Doado em janeiro de 2023
16. Miriam Nicolau Ferrara	em identificação	Doado em junho de 2024
17. Flávio Carrança	em identificação	Doado em julho de 2024

Fonte: AEL-UNICAM, Projeto Afro Memória. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/acervos/>.

¹⁹ O acervo vinha sendo organizado desde 2020 por Januário Garcia, com apoio técnico de Silvana Nascimento e financiamento do projeto Afro Memória/AEL. Infelizmente, após o falecimento do fotógrafo, em junho de 2021, o processo foi interrompido. Em 2023, a família decidiu dividir a guarda da coleção entre o AEL e o Instituto Moreira Salles, ficando o primeiro responsável pelo conjunto textual e o segundo pelo conjunto fotográfico. Mais informações sobre esse processo podem ser encontradas na matéria publicada no Jornal da Unicamp: Acervo de Januário Garcia será preservado pelo AEL e Instituto Moreira Salles, Jornal da Unicamp, 21/11/23. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/noticias/2023/11/21/acervo-de-januario-garcia-sera-preservedo-pelo-ael-e-instituto-moreira-salles/>.

O Arquivo Edgard Leuenroth foi fundado em 1974 com o objetivo de preservar a documentação do ativista anarquista e operário que lhe dá nome, nascido em 1881 e falecido em 1968. Desde então, o arquivo diversificou significativamente suas coleções e se consolidou como uma das principais referências do país na preservação de acervos de movimentos sociais, incluindo o movimento operário, as lutas por direitos humanos e a documentação de partidos de esquerda.²⁰ A partir da década de 1990, o AEL passou por um processo de renovação, incorporando 11 acervos de diferentes vertentes e momentos do ativismo LGBTQIA+.

Apesar dessa ampliação, no contexto da implementação das cotas na Unicamp tornou-se evidente a ausência de acervos produzidos ou acumulados pelo movimento negro. Iniciativas pioneiras para lidar com essa lacuna foram conduzidas pela professora Lucilene Reginaldo, quando atuou como diretora adjunta do AEL (2013–2014). Com o bolsista Guilherme Silva, ela coordenou um levantamento sobre a presença da experiência negra nos diversos fundos e coleções já existentes no arquivo. Posteriormente, Lucilene Reginaldo, Silvia Lara e Mário Medeiros articularam o projeto FAPESP *As cores da cidadania: os clubes negros do estado de São Paulo (1897–1952)*, realizado entre 2017 e 2020, que estabeleceu um diálogo com organizações do associativismo negro e resultou na incorporação do acervo do Clube Benedito Evangelista, pertencente ao ativista campineiro guardião da memória de diversas associações negras da cidade.

Munidas dos subsídios dessas experiências e conscientes da persistente escassez de acervos produzidos por organizações negras, as gestões mais recentes do AEL, 2020–2022 (direção: Aldair Rodrigues; vice: Mário Medeiros) e 2022–2025 (direção: Mário Medeiros; vice: Bárbara Castro, sucedida em ago. 2025 por Gustavo Rossi), priorizaram a consolidação de uma agenda mais robusta de aproximação com lideranças e coletivos negros em busca de um reposicionamento do AEL no campo da memória negra. Isso foi efetivado entre 2020 e 2025 por meio da incorporação de

²⁰ MALDONADO, Luccas. **Arquivos em disputa**: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2025. p. 63-133.

17 novos conjuntos documentais ligados ao movimento negro e ao Hip Hop, no âmbito do projeto Afro Memória, transformando o perfil do arquivo e o papel da universidade na preservação da documentação resultante das lutas antirracistas.

Quando são integrados ao arquivo de uma universidade pública, o legado do movimento negro é reposicionado, ampliando as possibilidades de produção de conhecimento. Eles contribuem para a efetivação das ações afirmativas em várias dimensões. Primeiro, permitem compreender historicamente que as cotas resultam, direta ou indiretamente, de décadas de lutas que enfrentaram o mito da democracia racial, exigiram do Estado brasileiro o reconhecimento das desigualdades raciais e a formulação de políticas de enfrentamento e reparação. Na materialidade preservada no arquivo estão inscritos marcos e acontecimentos significativos desse processo — tanto de forma geral quanto no interior das organizações e do pensamento de intelectuais negros —, com todas as suas convergências, divergências e contradições. A ação do movimento negro não é monolítica, e a riqueza dos acervos traduz a multiplicidade de perspectivas que compuseram a agenda em torno das cotas. Segundo, a documentação gerada e acumulada por lideranças e organizações negras contribui para o combate à invisibilidade do protagonismo negro na história do país, tanto em termos de ação política e social quanto de formulação intelectual, teorizações sobre questões urgentes da sociedade e projetos de futuro para o Brasil. Sob essa ótica, o efeito antirracista das lutas do movimento negro se expande.

A preservação e difusão desses acervos também redimensionam a relação entre a universidade e os movimentos sociais. Desde a negociação para a entrada dos conjuntos documentais até sua organização e digitalização, o arquivo estabelece vínculos com os titulares dos fundos e coleções, em um processo de captação ativa e catalogação participativa.²¹

²¹ Sobre o conceito de catalogação participativa, ver: RODRIGUES, Aldair; MEDEIROS, Mário; RAMOS, Paulo César. Arquivo e memória negra: a documentação do movimento negro no Arquivo Edgard Leuenroth/ CEBRAP-Afro. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (Poliges)**, v. 3, p. 26-38, 2022. p. 125-134.

Por meio de oficinas entre a equipe do arquivo e os detentores dos acervos, torna-se possível compreender as lógicas de acumulação da documentação e transformar essas informações em quadros de arranjo permeáveis aos significados atribuídos pelos doadores, além de ampliar os metadados de contexto (assunto, eventos, sujeitos, datas) na descrição dos documentos. Desse modo, a universidade torna-se mais permeável aos movimentos sociais, dialogando de forma profícua com suas lideranças no âmbito da produção de conhecimento.

Há, ainda, um aspecto geracional nas transformações do lugar social do arquivo público. Quando situamos o espólio documental das organizações negras ao lado de estudantes negros — por meio de seu envolvimento como estagiários no trabalho de organização e difusão da documentação —, a própria prática arquivística passa a mediar diálogos entre duas gerações. Um exemplo é o encontro entre estudantes que atuam no tratamento dos conjuntos documentais e ativistas titulares dos acervos, ocorrido durante visitas que viabilizam o processo de catalogação participativa. Temos, assim, a confluência entre aqueles que lutaram pelo direito às cotas e aqueles que hoje se beneficiam dessa política pública.

O fato de o arquivo de uma universidade pública adotar uma política de preservação de acervos negros projeta, para a sociedade em geral e para o corpo discente e docente negros, o reconhecimento da importância do legado do movimento social na construção das ações afirmativas. Isso cria condições para que os estudantes negros estabeleçam novas relações de pertencimento com a universidade, no cerne de suas atividades-fim: a produção de conhecimento. Nesse contexto, abrem-se possibilidades de pesquisa a partir de acervos que documentam, em primeira pessoa, o protagonismo negro em toda a sua multiplicidade.

Em suma, historiadores há muito demonstram ser possível estudar a agência histórica da população negra por meio de leituras críticas e a contrapelo de documentos produzidos pela classe dominante, inclusive por órgãos repressivos. A disponibilização de acervos cujos próprios sujeitos negros são titulares multiplica essas possibilidades de pesquisa,

ao considerarmos o potencial dos registros produzidos diretamente por eles para complexificar as abordagens sobre tais experiências. Além disso, introduz uma inflexão na relação do movimento negro com os arquivos públicos, ao responder — ainda que parcialmente — às demandas por preservação dos registros que produziram e salvaguardaram.

4. A pauta das ações afirmativas na documentação dos acervos

Dentre as várias possibilidades de pesquisa abertas pelos acervos, esta seção toma como exemplo a temática da história das ações afirmativas. O objetivo é evidenciar a riqueza desses conjuntos documentais e suas contribuições potenciais para compreender a trajetória do movimento negro. Até o momento, os estudos sobre a formação histórica dessa pauta baseiam-se principalmente em entrevistas e em documentos oficiais. A documentação produzida e acumulada pelas organizações negras renova esse campo ao revelar novas evidências sobre a construção da agenda, as diferentes perspectivas em disputa e os atores envolvidos em seus debates.

Ao observarmos as décadas de atuação do movimento negro contemporâneo, notamos que o tema das cotas raciais emerge no horizonte das organizações a partir de meados dos anos 1990. O esforço de dismantlar o mito da democracia racial e de obter o reconhecimento do racismo por parte do Estado criou, no final do século XX, as condições para que a sociedade brasileira passasse à formulação de políticas públicas de enfrentamento à injustiça racial. A cota étnico-racial é uma delas, ainda que houvesse divergências no interior do movimento negro, nos anos 1990 e início dos 2000, quanto ao seu significado e eficácia²².

²² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000; ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 143-166, 2006; CARNEIRO, Sueli; DOMINGUES, Petrônio. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 39, p. 25-56, 2007; RIOS, Flávia. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2014, p. 169-221; SANTOS, Hélio (Org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Flávia Rios indica que, na década de 1990, os cursinhos populares voltados a alunos negros e periféricos foram um dos principais propulsores do debate sobre as cotas como política de reparação aos afrodescendentes. O Núcleo de Consciência Negra da USP, criado em 1992, desempenhou papel central nesse processo. Essa mobilização fazia parte da problematização do acesso ao ensino superior num quadro de expansão de vagas no setor privado²³.

No contexto da Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília em 1995, Rios observou que “o termo ações afirmativas integrava o tópico sobre educação: ‘garantir acesso aos estudantes negros a cursos profissionalizantes, às universidades e às áreas tecnológicas’” no documento entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado *Superação do Racismo e da Desigualdade Racial*²⁴. A autora lembra que algumas lideranças do movimento negro acompanhavam as políticas de ações afirmativas então em curso nos Estados Unidos. Contudo, sua avaliação é a de que a Marcha não teria exercido grande impacto na difusão do conceito de ações afirmativas, em razão das divisões internas do movimento²⁵.

Em resposta à Marcha e à carta de reivindicações, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), composto por representantes de órgãos estatais e lideranças do movimento negro. Segundo Hélio Santos, em texto escrito durante o funcionamento do grupo e publicado em 2000, o GTI exerceu papel relevante na difusão inicial do conceito de ações afirmativas na sociedade brasileira: “uma das principais tarefas do GTI tem sido a de internalizar junto à sociedade civil a ideia de Ação Afirmativa, até ontem pouco discutida e entendida por vários setores, inclusive pelo

²³ RIOS, Flávia. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2014, p. 177-181.

²⁴ Ibidem, p. 181.

²⁵ Ibidem.

Movimento Negro”²⁶. Para o autor, “é impossível implementar políticas sem que a sociedade antes as identifique e as reivindique”²⁷.

De acordo com Michelle Peria, as políticas de ação afirmativa integraram a sétima área temática do GTI. No entanto, o relatório final do grupo não recomendava o sistema de cotas: “enunciava com firmeza que estratégias para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior não devem incluir o sistema de cotas no processo de admissão”²⁸. A autora cita o seguinte trecho do relatório final do GTI:

É necessário estabelecer um programa que, combatendo os efeitos da discriminação nas escolas, ofereça aos jovens e adultos negros com potencial acadêmico igualdade de oportunidades para o ingresso e a permanência no ensino superior. Essa igualdade de oportunidades não deve ser concebida como um programa de cotas, o qual, ignorando as deficiências anteriores de formação escolar, apenas facilitará o ingresso de alunos mal preparados e, por isso, sem condições de competir com os alunos não negros no decorrer do curso, resultando no fracasso escolar e, consequentemente, na diminuição da autoestima dos jovens negros²⁹.

Apesar de reveses no debate, a pauta das ações afirmativas ganhou novo fôlego nos anos 2000. Antes de examinar as potencialidades dos acervos para o estudo dessa questão, é importante compreender o quadro mais amplo dessa inflexão no início do século XXI.

²⁶ SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 73.

²⁷ Ibidem.

²⁸ PERIA, Michelle. **Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004, p. 35-36.

²⁹ GTI, 1998, p. 53 *apud* PERIA, 2004, p. 36.

A Conferência de Durban (2001) e seus desdobramentos no Brasil

A grande virada no debate sobre as cotas raciais no movimento negro e na sociedade brasileira ocorreu no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001. É consenso na literatura especializada que a conferência representou uma inflexão decisiva na construção da legitimidade das ações afirmativas no Brasil, ao conferir respaldo internacional à pauta³⁰.

Edna Roland, relatora-geral da conferência pela ONU, recorda que o tema já aparecia na chamada Carta do Rio, resultante da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada em julho de 2001 no Rio de Janeiro como culminância das atividades preparatórias para Durban. Ainda que ocupasse poucas linhas, a frase “estabelecimento de cotas para negros nas universidades” ganhou ampla repercussão na imprensa³¹. Em sua avaliação, o trecho foi isolado do contexto e tratado de forma polêmica pela mídia, que majoritariamente se opunha às cotas. Parte dos argumentos contrários retomava o mito da harmonia racial como paradigma interpretativo das relações raciais no país.

Analisando os efeitos dessas disputas, Valter Silvério sustenta que as ações afirmativas inauguram “um novo regime de representação negro-

³⁰ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 143-166, 2006; SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009; JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018; BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Protagonismo negro: conquistas e desafios de uma luta secular**. In: SANTOS, Hélio (Org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822–2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022, p. 80-81.

³¹ ROLAND, Edna Maria Santos. Edna Roland (Geledés/Fala Preta): (depoimento, 2004). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004, p. 100-101.

africano no Brasil”. A política pública, segundo ele, “pode aprofundar as fissuras abertas no regime de representação ainda hegemônico no país — mais precisamente, em sua sustentação acadêmico-ideológica —, que não reconhece a centralidade da raça na formação nacional. Os negros têm o direito não só a ter direitos, mas de reposicionar sua experiência e história em um novo regime de representação”³².

A visibilidade que o tema adquiriu na opinião pública no início dos anos 2000 provocou um realinhamento interno no movimento negro, que até então não apresentava consenso sobre as cotas. Conforme Alberti e Pereira, “a questão das cotas adquiriu uma dimensão muito importante para o próprio movimento negro, cujas lideranças passaram por um processo de maturação”³³. Nos setores mais à esquerda, as cotas eram vistas como uma medida reformista e insuficiente diante da necessidade de transformações estruturais. Havia o receio de que a ascensão individual de cotistas levasse à desmobilização política coletiva — preocupação que, posteriormente, orientou a formulação de políticas de permanência.

Ainda assim, nomes como Hélio Santos, em São Paulo, e Carlos Medeiros, no Rio de Janeiro — inicialmente minoritários na defesa das cotas —, passaram a reunir mais apoio frente à reação conservadora que negava o racismo estrutural no país. Segundo Alberti e Pereira, o debate “provocou aquilo que as lideranças do movimento procuravam suscitar há décadas: uma discussão ampla sobre a questão racial no Brasil, envolvendo diferentes setores da sociedade”³⁴. Para Ivanir dos Santos, a polêmica na imprensa acabou fortalecendo o movimento: “Inicialmente, muitos ainda eram contra, mas atualmente as lideranças identificam a questão das cotas como uma bandeira comum, capaz de unir o que antes era fragmentado”³⁵.

³² SILVÉRIO, Valter. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 30–46, 2022, p. 36.

³³ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 143–166, 2006, p. 158.

³⁴ Ibidem, p. 145.

³⁵ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 143–166, 2006, p. 156.

Autores que analisaram o processo preparatório e os desdobramentos de Durban destacam o papel das redes de mulheres negras da América Latina na formulação de compromissos interseccionais, incorporando gênero e raça nas políticas de combate à desigualdade³⁶. Como explica Sueli Carneiro, “essas conquistas consagradas em instrumentos internacionais obrigam os Estados-membros das Nações Unidas a implementar políticas corretoras das desigualdades, prevendo tratamento diferenciado a grupos vulnerabilizados como forma de promover igualdade de oportunidades”. Sendo signatário desses documentos, o Brasil, “deve prestar contas dos avanços alcançados em cada caso”³⁷.

Renata Braga observa que Durban não apenas consolidou compromissos estatais, mas também fortaleceu redes políticas regionais, “viabilizando plataformas compartilhadas entre movimentos de diversos países”³⁸. O processo incluiu a Conferência das Américas, realizada em Santiago (Chile), em dezembro de 2000, que delineou as ações afirmativas como forma de reparação às vítimas do racismo, articulando-as à criação de instituições de combate à discriminação e à incorporação de abordagens interseccionais³⁹.

No caso brasileiro, o comitê impulsor de Durban reuniu diversas organizações da sociedade civil — entre elas, Geledés, CEERT, INSPIR, a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, a Articulação Nacional de Quilombos, o CONEN, o ANDES, o Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, o IROHIN, o Sindicato dos Advogados de São Paulo, a SMACOM, o IALODÊ e Ben-Hur Ferreira⁴⁰. Os acervos do AEL

³⁶ BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020, p. 88–89.

³⁷ CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 30–31.

³⁸ BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020, p. 88.

³⁹ Ibidem, p. 103.

⁴⁰ Ibidem, p. 111–113.

vinculados ao projeto Afro Memória reúnem atualmente a documentação de três dessas organizações: Geledés, CEERT e CONEN (integrante do acervo da Soweto Organização Negra). O comitê foi fundamental para a Conferência Nacional realizada em julho de 2001, no Rio de Janeiro, presidida por Benedita da Silva, então governadora do estado⁴¹. Além dos aparatos oficiais, Braga ressalta o papel das ONGs Criola (RJ), Geledés (SP) e Maria Mulher (RS) na Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban⁴².

Pesquisadores apontam ainda que a aprovação pioneira das cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF), entre 2000 e 2001, foi um dos impactos diretos de Durban. A adoção da política nas instituições fluminenses ampliou o debate nacional e criou precedentes para outras universidades⁴³. Diversas organizações que participaram da construção da presença brasileira em Durban passaram, então, a estreitar laços com o Estado, buscando influenciar políticas públicas e articular agendas internacionais às realidades regionais e nacionais⁴⁴.

⁴¹ Ibidem, p. 113.

⁴² BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020, p. 106.

⁴³ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, v. 37, p. 143–166, 2006; SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais**: o contexto pós-Durban. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009; CAMPOS, Luiz; JÚNIOR, João Feres. A evolução do debate sobre ações afirmativas no Brasil: prognósticos passados e diagnósticos presentes. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Ações afirmativas no Brasil**. v. 2. São Paulo, SP: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 241–267; JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 65–90; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. As cotas nas universidades públicas 20 anos depois. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). **Ações afirmativas no Brasil**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 111–118; BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020; SILVÉRIO, Valter. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 30–46, 2022.

⁴⁴ BRAGA, Renata. **“Eu sou Atlântica”**: articulação transnacional afro-latino-americana (1988–

Em suma, os efeitos da Conferência de Durban transcendem os relatórios e documentos oficiais. Os acervos analisados indicam que Durban deve ser entendida mais como um processo do que como um evento. A mobilização intensa das conferências preparatórias e os desdobramentos da declaração final marcaram um divisor de águas na legitimidade das ações afirmativas no Brasil. A preservação e difusão desses registros assegura que essa política pública não seja naturalizada como uma benesse, mas reconhecida como conquista histórica dos movimentos sociais. Os conjuntos encontram-se em diferentes estágios de organização, e a densidade documental sobre o tema varia conforme a trajetória de cada entidade. Nosso objetivo não é esgotar as possibilidades de análise, mas evidenciar a diversidade de roteiros plausíveis de pesquisa e a multiplicidade de abordagens possíveis sobre o tema, conforme o papel singular que cada organização exerceu na reivindicação das cotas.

a. Geledés Instituto da Mulher Negra

Com um total de 9.507 documentos,⁴⁵ o acervo Geledés – Instituto da Mulher Negra reúne três décadas de lutas das mulheres negras contra o racismo e o sexismo, além de registros preservados de outras organizações. Esse acervo expressa parte significativa das conexões que a ONG manteve tanto com diferentes entidades do movimento social em geral quanto com o feminismo negro afro-latino-americano, dada a intensa articulação estabelecida com organizações congêneres do continente.

No que se refere às ações afirmativas, trata-se de um dos principais acervos do projeto em termos de volume documental. Seus materiais

2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020, p. 109, 118.


⁴⁵ Devo essa informação a Marli Marcondes e Denise Gonçalves, responsáveis pela organização e processamento técnico do acervo Geledés no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP. Sobre a chegada do acervo ao AEL-UNICAMP, ver: **Cadernos Afro Memória** – Vº2, Nº2 – Acervo Geledés. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/cadernosafromemoria-geledes/>. Acesso em 10/08/2025; RODRIGUES, Aldair; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. A importância do acervo Geledés no AEL-Unicamp. **Cadernos Afro Memória** – Vº2, Nº2, 2023, p. 15-19.

permitem traçar uma cartografia do lugar da pauta no processo de construção da Conferência de Durban, desde as conferências preparatórias até os encontros posteriores que buscaram ampliar a repercussão da declaração final. É possível acompanhar como a questão ganha força no interior do feminismo negro e sua formulação para a sociedade brasileira.

Recentemente, o Geledés publicou um volume com consultoria de Iradj Eghrari, contendo as transcrições comentadas da conferência — o que abre novas possibilidades de estudo sobre o papel da organização em Durban. Dez páginas do livro são explicitamente dedicadas às ações afirmativas, embora o tema apareça também entre outros assuntos tratados na obra⁴⁶.

A valiosa coleção de 421 cartazes do acervo Geledés evidencia o engajamento da organização em eventos que discutiram o tema e compõe uma narrativa visual da história do movimento negro por meio de faixas, panfletos e cartazes. O fato de o Geledés conservar materiais de outras entidades indica tanto sua participação direta nas ações quanto sua inserção em redes amplas de mobilização. Entre os cartazes que integram o fundo, destacam-se exemplares produzidos no contexto pós-Durban, relacionados às discussões sobre ações afirmativas em Belo Horizonte, São Paulo e São Luís do Maranhão.

⁴⁶ GELEDÉS. **Brasil e Durban [livro eletrônico]**: 20 anos depois. São Paulo: Geledés Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021.

		
<p>1º Seminário Municipal Ações Afirmativas Mulher Negra e Educação, São Luís-MA, 09-10/10/03. Organizado pelo Conselho Municipal da Condição Feminina - CMCF</p> <p>Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Geledés.</p>	<p>Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG: acesso e permanência da população, Belo Horizonte, 20/08/02. Organizado pelo programa Políticas da Cor na educação brasileiro, FaE/UFMG</p> <p>Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Geledés.</p>	<p>Ciclo de debates Afrodescendentes: ações afirmativas e diversidade cultural, organizado por Geledés, Fala Preta! E outras organizações do movimento negro</p> <p>Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Geledés.</p>

No fundo Milton Barbosa (MNU-SP), assim como em outros acervos do projeto, encontram-se documentos que revelam o papel do Geledés na repercussão da Conferência de Durban e na difusão da pauta das ações afirmativas em diferentes instâncias brasileiras. Como já mencionado, uma das principais características desses acervos é a presença de documentação de outras organizações que também integram o projeto, o que amplia as possibilidades de pesquisa sobre um mesmo tema em uma única instituição. Como exemplo, uma convocatória de 2003 preservada no fundo Milton Barbosa evidencia o empenho do Geledés em promover diálogos entre o movimento negro brasileiro e lideranças

norte-americanas, ao divulgar o debate no espaço da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



CONVOCATÓRIA

No próximo dia **29 de julho de 2003**, haverá encontro na Assembleia Legislativa do Estado para discussão sobre a Implementação das Ações Afirmativas em favor da população afro descendente no Brasil. Estarão presentes lideranças políticas negras brasileiras, assim como grupo de ativistas negros norte americanos, como **Gay MC Dougall**, que nos trarão o atual quadro das Ações Afirmativas nas Universidades norte americana, e que poderão auxiliar nossos parlamentares na discussão sobre as cotas em todo território nacional, em especial no Estado de São Paulo.

9h

Local: Auditório Dom Pedro - 3º andar.

Rua: Santa Isabel, 137- 4º Andar - Apartamento 41142 - Vila Bianque - Cep: 01221-040- São Paulo - SP
Fones: (5511)3333-3444- Fax: (5511)3331-1592- E-mail: geledes@geledes.com.br

Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Milton Barbosa.

Um quarto caminho de pesquisa sobre a história das ações afirmativas no acervo Geledés consiste em cotejar as discussões internas da organização com a dimensão pública assumida pelos artigos de Sueli Carneiro na imprensa. Sua coluna no *Correio Braziliense* configurou-se como uma arena central de defesa das cotas, evidenciando o esforço de projetar Durban como elemento de legitimação das ações afirmativas perante a opinião pública. Esse confronto entre a reflexão interna e a intervenção pública permite compreender a profundidade do debate, seu enraizamento na trajetória mais ampla do grupo e os argumentos mobilizados na efetivação do direito às cotas raciais⁴⁷.

Textos de Sueli Carneiro que tematizam as cotas étnico-raciais na coletânea “Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil”⁴⁸

Seções	Páginas	Publicação original
Capítulo 1 - A questão dos direitos humanos e o combate às desigualdades: discriminação e violência	14-39	Correio Braziliense, 2 set. 2010
Capítulo 14 - Focalização versus universalização	90-92	Correio Braziliense, 25 abr. 2003
Capítulo 15 - Nós?	93-95	Correio Braziliense, 22 fev. 2002
Capítulo 16 - Valeu, Zumbi!	96-99	Correio Braziliense, 23 nov. 2001

Nesse mesmo sentido, pode-se delinear uma quinta estratégia de pesquisa a partir da combinação entre a análise dos textos publicados no portal Geledés e a documentação referente aos projetos da instituição, investigando o lastro mais profundo e o repertório de referências — nacionais e internacionais — que orientaram suas agendas. Em outras palavras, os artigos disponíveis no portal e na imprensa representam apenas

⁴⁷ CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

⁴⁸ Ibidem.

a ponta de um iceberg documental, cujas possibilidades de investigação são vastas.

Em suma, a grande contribuição do acervo Geledés para a história das ações afirmativas reside na possibilidade de compreender Durban como um processo, em toda a sua complexidade histórica. Isso se expressa no conjunto documental das conferências preparatórias, nas redes transnacionais do feminismo negro e na amplificação de seus desdobramentos no Brasil. O movimento percebeu, no envio de uma ampla delegação brasileira à conferência, uma oportunidade política para transformar os compromissos assumidos no plano internacional em políticas públicas nacionais.

Ao serem incorporadas ao arquivo de uma universidade pública, as lutas das mulheres negras em torno das ações afirmativas passam a contribuir para a produção de conhecimento ancorada no feminismo negro, voltada à reflexão sobre política, sociedade, cidadania, democracia, reparação histórica e direitos.

b. Soweto Organização Negra

No caso da Soweto Organização Negra⁴⁹, destaca-se a janela que seu acervo abre para o estudo das conexões entre o movimento negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, no processo de implementação das ações afirmativas ao longo dos anos 2000. A criação da SEPPIR representou, até então, a maior inflexão na institucionalização das políticas públicas de combate ao racismo no âmbito do governo federal. As ações afirmativas ocuparam papel central na concepção das políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas nos primeiros anos da secretaria, o que pode ser observado




⁴⁹ Sobre o acervo da Soweto Organização Negra e sua entrada no projeto Afro Memória ver a dissertação: ANANIAS, Maria Júlia Venâncio. **Ativismo político negro: memória da formação da Soweto Organização Negra**. São Paulo: FFLCH-USP, 2025. Dissertação de mestrado em Sociologia; e também: **Cadernos Afro Memória**, vol. 3, n. 1, 2024, Soweto Organização Negra e as Políticas de Igualdade Racial. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/cadernos-afromemoria-soweto-organizacao-negra/> Acesso em 12/09/25.

tanto em documentos oficiais do órgão quanto em reflexões de autoria de Matilde Ribeiro, que orientavam seus projetos e planos de metas. O conjunto inclui relatórios de atividades, planos de ação, programações de eventos e relatórios do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

Embora muitos desses documentos estejam disponíveis na internet, o que se torna significativo aqui é o lugar social de sua preservação: uma organização do próprio movimento negro. É fundamental lembrar que os papéis não circulam sozinhos, mas por meio de redes de pessoas; assim, as marcas em sua materialidade revelam as relações sociais e políticas que mediarão seu trânsito. Essas relações podem ser percebidas tanto no gesto de receber e guardar os documentos quanto em sinais mais explícitos — como anotações feitas à mão, sublinhados ou comentários nas margens. Por exemplo, vários documentos relacionados à SEPPIR trazem anotações de Gevanilda Santos, integrante da Soweto.

O cruzamento entre as tipologias documentais e as autorias evidencia que esse acúmulo da documentação da SEPPIR no acervo da Soweto se explica pelos vínculos de Matilde Ribeiro — ministra da Igualdade Racial — com a organização, da qual era egressa. Cabe lembrar também que a Soweto foi um dos espaços de convergência do núcleo negro do Partido dos Trabalhadores (PT), com a destacada atuação de Flávio Jorge na articulação entre o movimento social e suas pautas no governo federal.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de documentos relacionados às ações afirmativas presentes no espólio da Soweto.

a. Promoção da Igualdade Racial, ações desenvolvidas em 2003	b. Reflexão sobre cotas na UNB, 2004
<p>Debate sobre Ações Afirmativas</p> <p>Ocorrido no dia 4 de dezembro, no auditório do jornal Folha de São Paulo e mediado pelo editor Marcos Augusto Gonçalves, da própria Folha. Em favor das cotas se manifestaram a Ministra Marilise Ribeiro e as pesquisadoras Fúlvia Rosemberg (Fundação Carlos Chagas e PUC – São Paulo) e Rosa Heringer (Universidade Cândido Mendes). Contra estiveram o reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho Nefli, e o cientista político, professor da USP, Demétrio Magnoli. O jornal reproduziu, no dia 6 do mesmo mês, o resultado do debate, destinando uma página para a cobertura do tema.</p>	 <p>A SEPPIR E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS NA UnB</p>  <p>BRASÍLIA 2004</p>
Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Soweto Organização Negra.	Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Soweto Organização Negra.
c. Discussão sobre ação afirmativa na SEPPIR, 2006	d. Marcação de Gevanilda Santos, 2006
<p>5</p> <p>II – A atuação da Seppir por uma Política de Inclusão do negro no Ensino Superior</p> <p>1 – Respaldo legal:</p> <p>O conjunto de referências legais que assegura o direito à igualdade de condições de cidadania, de acesso às diferentes formas de manifestações culturais e de acesso a diferentes origens da cultura nacional a todos os brasileiros, em especial a população afro-descendente, inicia com a Lei Maior brasileira, a Constituição Federal, nos seus Artigo 5º, I, Artigo 206, I, Artigo 210, Artigo 215, Artigo 216 e § 1º do Artigo 242.</p>	 <p>POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</p> <p>Este documento tem por objetivo apresentar um balanço da primeira gestão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, no período de 2003 a 2006.</p>
Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Soweto Organização Negra, 2004.	Fonte: AEL-UNICAMP, Fundo Soweto Organização Negra.

Esse itinerário de pesquisa pode ganhar maior densidade e complexidade com a incorporação dos documentos do acervo de Matilde Ribeiro. Dado o seu trânsito entre o movimento social, a universidade e o governo, esse conjunto documental permitiria aprofundar a compreensão das relações entre a SEPPIR e as organizações negras, revelando os múltiplos níveis de interlocução e influência recíproca entre militância e institucionalidade pública.

c. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

No que se refere ao acervo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), é possível delinear dois ângulos principais de análise sobre as ações afirmativas. O primeiro diz respeito à participação do CEERT na construção da presença brasileira em Durban. Entre seus fundadores estão Hédio Silva Júnior, Cida Bento e Ivair Augusto Alves dos Santos, todos integrantes do comitê preparatório da conferência. Como recorda Cida Bento em texto publicado no portal Geledés, ela teve “o privilégio de participar da Conferência pelo Ceert (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades), que estava entre as organizadoras do processo”⁵⁰. O protagonismo da organização também se expressa na gestão dos recursos da Fundação Ford, que possibilitaram a participação de lideranças negras no evento. Em balanço sobre os 32 anos de atuação do CEERT, Bruna Ribeiro elenca a presença em Durban como um dos três marcos históricos da trajetória da instituição, ao lado da Marcha Zumbi (1995) e da Marcha das Mulheres Negras (2015)⁵¹.

O acervo do CEERT é igualmente expressivo em registros iconográficos do movimento negro em Durban. As cópias digitais de milhares de fotografias documentam visualmente a presença da organização na conferência e revelam a diversidade de grupos, entidades e pautas participantes, que podem ser reconstituídos por meio da leitura dos textos inscritos em faixas e cartazes.

O segundo ângulo de análise, singular ao acervo do CEERT, refere-se aos debates sobre ações afirmativas no mundo do trabalho, especialmente nos diagnósticos de desigualdade em empresas e cargos de liderança.

⁵⁰ BENTO, Cida. Duas décadas depois da Conferência de Durban, ainda temos desafio de resgatar direitos humanos. Portal Geledés, 03 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/duas-decadas-depois-da-conferencia-de-durban-ainda-temos-desafio-de-resgatar-direitos-humanos/>.

⁵¹ RIBEIRO, Bruna. 32 anos do CEERT: momentos históricos e perspectivas de futuro. 9 de setembro de 2022. <https://www.ceert.org.br/noticias/44745/32-anos-do-ceert-momentos-historicos-e-perspectivas-de-futuro>.

Essa documentação reflete a vocação original da instituição, fundada em 1992, de atuar na intersecção entre relações de trabalho, equidade racial e de gênero, tornando o acervo uma fonte privilegiada para compreender a expansão das ações afirmativas para além do campo educacional.

d. Azoilda Trindade

O acervo Azoilda Trindade⁵² oferece múltiplas possibilidades de pesquisa nas interfaces entre as ações afirmativas e a implementação da Lei 10.639/2003, evidenciando os caminhos trilhados pela titular e pela rede de mulheres negras da qual fazia parte, voltados à produção de materiais didático-pedagógicos e à consolidação de uma pedagogia antirracista. O conjunto também documenta sua contribuição intelectual na construção do projeto *A Cor da Cultura* e, em termos mais amplos, reúne subsídios valiosos para pesquisas no campo da educação.

De modo complementar, a biblioteca que integra a coleção Azoilda Trindade revela aspectos centrais de sua formação intelectual por meio das referências que embasaram sua concepção de educação antirracista. Entre os títulos, destacam-se obras das áreas de pedagogia, psicologia, psicanálise, literatura, feminismo negro, história da África e culturas negras na diáspora.

5. O impacto da coleção King Nino Brown no sistema de bibliotecas da Unicamp

A documentação e a biblioteca sobre o movimento Hip Hop reunidas por King Nino Brown permitem dimensionar a faceta bibliográfica do impacto intelectual dos acervos negros na universidade. O material foi reunido ao longo de sua trajetória pioneira no movimento Hip Hop — incluindo a experiência na Casa do Hip Hop de Diadema⁵³ —

⁵² Sobre este acervo, veja o número especial do Cadernos Afro Memória dedicado à Azoilda Trindade: **Cadernos Afro Memória** – Vº4, Nº2, 2025 – Azoilda Trindade e a Educação Antirracista. Disponível em: <https://afro memoria.afrocebrap.org.br/cadernos-afro-memoria-vo4-no2-azoilda-trindade-e-a-educacao-antirracista/> Acesso em 15/10/25.

⁵³ PARDUE, Derek. Hip hop as pedagogy: a look into “Heaven” and “Soul” in São Paulo, Brazil.

e incorporado ao AEL em novembro de 2021 por meio da mediação das pesquisadoras Jaqueline Lima Santos e Daniela dos Santos Vieira, da linha de pesquisa Hip Hop em Trânsito do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI/IFCH).⁵⁴

A coleção é composta por correspondência, boletins, fanzines, material iconográfico (cartazes), revistas e por um núcleo bibliográfico precioso dedicado ao movimento Hip Hop, aos movimentos pelos direitos civis e à cultura negra em geral. Segundo Marli Marcondes e Denise Gonçalves, o núcleo textual abrange cerca de 12.000 documentos e, de acordo com Maria Helena Segnorelli, a biblioteca reúne 514 títulos⁵⁵. Para além do valor intrínseco das obras, destaca-se o processo de curadoria realizado por Nino Brown na formação da coleção e os sentidos que ela assume em sua trajetória na cena cultural negra das periferias paulistanas. Seu profundo conhecimento sobre o movimento desde os bailes blacks da década de 1970 e suas conexões com lideranças internacionais transparecem no acervo. Essas dimensões podem ser reconstituídas tanto pela documentação quanto pelos autógrafos presentes nos exemplares — como o de Afrika Bambaataa —, o que reforça o valor histórico da biblioteca de Nino Brown como testemunho da curadoria e da vivência de uma liderança fundamental do Hip Hop no Brasil.

Anthropological Quarterly, v. 80, n. 3, p. 673–708, 2007. Disponível em: https://muse.jhu.edu/journals/anthropological_quarterly/v080/80.3pardue.html; SANTOS, Jaqueline Lima. Hip-hop and the reconfiguration of Blackness in São Paulo: the influence of African American political and musical movements in the twentieth century. **Social Identities**, v. 22, p. 160–177, 2016; SILVA, Mário Augusto Medeiros da; SANTOS, Jaqueline Lima. Archives of Hip Hop and Black Activism in Brazil. **NACLA Report on the Americas**, v. 54, p. 209–216, 2022.

⁵⁴ Uma edição do Cadernos Afro Memória foi dedicada ao Hip Hop e contextualiza a desses acervos na Unicamp: **Cadernos Afro Memória** - Vº2, Nº3, 2023 - Cultura Hip Hop e Memória Negra: Acervos King Nino Brown e Alexandre de Maio. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/afro-memoria-hip-hop/> Acesso em 10/08/2025.

⁵⁵ SEGNORELLI, Maria Helena. **Relatório técnico de catalogação de materiais bibliográficos** – Coleção King Nino Brown (KNB) do AEL/IFCH/UNICAMP. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, 2022, p. 5. A coleção “King Nino Brown - KNB” está catalogada no sistema de bibliotecas da Unicamp e disponível para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth: <https://acervus.unicamp.br/>.

O potencial da coleção para a produção de novas referências no estudo do Hip Hop e das questões raciais em perspectiva diaspórica é expressivo. Durante o processo de catalogação, Segnorelli verificou que cerca de 80% dos títulos eram até então inéditos no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU)⁵⁶. Trata-se, portanto, de uma dupla contribuição: por um lado, revela a ausência de obras essenciais sobre o Hip Hop nas bibliotecas universitárias; por outro, demonstra o impacto da incorporação de coleções formadas no interior do próprio movimento a superação dessa lacuna.

O processo de catalogação também deixou um legado importante na criação de novos descritores sensíveis à cultura negra — como “Afrofuturismo”⁵⁷ —, até então inexistente no sistema de bibliotecas Sophia / Unicamp. O termo tem se tornado central na política, na cultura e na identidade de uma geração de estudantes que cresceu na era *Pantera Negra*, e sua inclusão representa um pequeno, mas significativo, passo na incorporação dessa dinâmica ao espaço acadêmico.

Jovens pesquisadores interessados no campo de estudos do Hip Hop encontram nesses acervos uma base bibliográfica sólida, condições adequadas de pesquisa e reconhecimento institucional e acadêmico para desenvolver investigações — seja por interesse pessoal, seja em projetos de Iniciação Científica, mestrado ou doutorado. Buscando aprofundar a aproximação entre universidade e movimento Hip Hop, no primeiro semestre de 2022, o titular do acervo ministrou três oficinas destinadas a estudantes do IFCH, estagiários do projeto e funcionários do AEL.⁵⁸ As atividades, estruturadas a partir de itens da coleção, abordaram o processo de formação do acervo e de sua biblioteca, promovendo um diálogo direto entre o movimento e a universidade.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ibidem, p. 4.

⁵⁸ As oficinas estão disponíveis no canal do youtube do IFCH-UNICAMP: I Workshop Arquivo Brasileiro de Hip-hop - Hip-hop no AEL: Dos Bailes Blacks ao Hip-hop (21/07/22) <https://www.youtube.com/watch?v=ouoWuJpiOUU&t=4s>; II Workshop Arquivo Brasileiro de Hip-hop (26/07/22) <https://www.youtube.com/watch?v=XY2h18LowFQ&t=2s>; III Workshop Arquivo Brasileiro de Hip-hop (28/07/22) <https://www.youtube.com/watch?v=-9FH899kI5k&t=1s>.

Parte dos estudantes com vivência na cultura Hip Hop pode se reconhecer na universidade por meio do acervo KNB, na medida em que sua incorporação institucional afirma o valor das culturas periféricas em termos de preservação da memória e produção de conhecimento. Evidentemente, muitas outras iniciativas serão necessárias para que essa transformação se concretize plenamente. Ainda assim, a coleção KNB abre perspectivas significativas pela relevância e originalidade de seu conteúdo.

A documentação do fundo KNB pode ser analisada em diálogo com outro conjunto ligado ao Hip Hop, a Coleção Alexandre de Maio – Era de Ouro do Hip Hop, que reúne as revistas *Rap Brasil*, *Rap Rima*, *Planeta Hip Hop*, *Graffiti*, *Rap News* e cerca de 5 mil fotografias.

Considerações finais

Após o acúmulo obtido nos primeiros anos de estudos sobre o acesso às universidades por meio das cotas raciais, é possível agora expandir o campo de análise para incluir a dimensão epistemológica das políticas de permanência. Ao longo deste artigo, buscamos destacar a relevância dos acervos produzidos por lideranças do movimento negro na construção de um novo horizonte epistemológico, capaz de deslocar o protagonismo negro das margens para o centro da produção acadêmica.

No caso da Unicamp, destaca-se o papel da mobilização do corpo discente — articulado com redes nacionais — na pressão por transformações nas referências que informam o processo de produção de conhecimento. Já não é admissível a exclusão da experiência e da produção intelectual negra das práticas acadêmicas. Entre os diversos deslocamentos decorrentes desse processo, situamos as inflexões ocorridas no Arquivo Edgard Leuenroth, que reposicionam a instituição no contexto das ações afirmativas.

A constituição de um arquivo antirracista implica o diálogo permanente com as organizações do movimento negro, buscando compreender suas expectativas quanto à preservação de seus acervos e à participação no

processo de organização e difusão da documentação. Quanto mais profundo for esse diálogo, mais os instrumentos de pesquisa — séries, grupos e descrições — refletirão as histórias das organizações e trajetórias de suas lideranças, mediando de modo mais justo a aproximação do pesquisador com o protagonismo negro inscrito nesses acervos.

Fontes

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP)

Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra

Fundo Milton Barbosa - Movimento Negro Unificado

Fundo Soweto Organização Negra

Fundo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

Fundo Azoilda Trindade

Coleção King Nino Brown

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, v.37, 143-166, 2006.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao Cpdoc*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil.” *Estudos Históricos*, v.39, p.25-56, 2007-d.

ANANIAS, Maria Júlia Venâncio. *Ativismo político negro: memória da formação da Soweto Organização Negra*. São Paulo: FFLCH-USP, 2025. Dissertação de mestrado em Sociologia.

ARTES, Amélia; MENA-CHALCO, Jesús. “Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes”. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 4, pp. 1221-1238, 2017.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. “Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, pp. 858-81, 2015.

ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016.

ASSUNÇÃO, Marcello; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*. 2021, v. 41, n. 88, 2022, pp. 229-252.

BENTO, Cida. Duas décadas depois da Conferência de Durban, ainda temos desafio de resgatar direitos humanos. Portal Geledés, 03 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/duas-decadas-depois-da-conferencia-de-durban-ainda-temos-desafio-de-resgatar-direitos-humanos/>.

BRAGA, Renata. “*Eu sou Atlântica*”: Articulação Transnacional Afro-Latino-Americana (1988-2018). Dissertação de Mestrado. São Bernardo, UFABC, 2020. *Cadernos Afro Memória*. AEL-Unicamp/Afro-Cebrap. ISSN: 2965-2693. Disponível em: <https://afromemoria.afrocebrap.org.br/categoria/publicacoes/> Acesso em 20/09/25.

CAMPOS, Luiz; JÚNIOR, João Feres. A evolução do debate sobre ações afirmativas no Brasil: prognósticos passados e diagnósticos presentes. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil*. vol 2. São Paulo, SP: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 241-267.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia. Um panorama das cotas no ensino superior. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). *O Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.pp. 19-48.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar. 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Marcos Bentes. *Questão Racial e Ações Afirmativas no Brasil: resgate histórico de um debate atual*. Editora Dialética, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GONÇALVES, C. P.; RATTTS, Alecsandro (Alex) J. P. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na UFG. In: SANTOS, Jocélio Teles (Org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAQ, 2012. p. 259-284.

CONTINS, Márcia; SANTANA, Luiz Carlos. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, pp. 164-176, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [online]*, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. Para além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/ as e alunos/as negros/as na pós-graduação. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 213-240.

FONSECA, Dagoberto José. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

GELEDÉS. *Brasil e Durban* [livro eletrônico]: 20 anos depois. São Paulo: Geledés Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021.

GODOI, Guilherme Lassabia de. *Os caminhos da construção da memória negra: um estudo à luz do Arquivo Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa*. São Paulo: FFLCH-USP, 2025. Dissertação de mestrado.

GOMES, Janaína Damaceno. *Elas são pretas: cotidiano e sociabilidade de estudantes negras na Unicamp*. Dissertação de Mestrado. Campinas, FE/Unicamp, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos (Orgs.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 19.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio, RIOS, Flávia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos estudos CEBRAP* [online], v. 39, n. 2, pp. 309-327, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio; STEIL, Carlos Alberto (Orgs.). *Cotas raciais na Universidade: um debate*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. As cotas nas universidades públicas 20 anos depois. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 93-124.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. In: SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. pp. 19-34.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon pela juventude negra. In: *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021. pp. 169-192.

INADA, Angélica Kimie. *Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp*. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635012>.

JEFFREY, Débora; BUIATTI, Viviane. Apresentação do Dossiê Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES): em debate o acesso e a equidade. *Educação e Políticas em Debate*, v. 11, p. 13-22, 2022.

JUNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

JÚNIOR, João Feres. Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião doua. In: SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. pp. 35-52.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAURETI, Patrícia. Turma de Medicina faz homenagem aos cadáveres negros do Laboratório de Anatomia. Portal Unicamp, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/04/13/turma-de-medicina-faz-homenagem-aos-cadaveres-negros-do-laboratorio-de-anatomia>.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil. *Cadernos ADE-NAUER* (São Paulo), v. 6, p. 27-43, 2015.

LISBOA, Sofia Bonuccelli Heringer. “*Cotas sim, cortes não!*” - a conquista das cotas étnico-raciais na Unicamp. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641512>.

MAIA, Rafael; ALMEIDA, Ana Maria; NETO, José Alves. Experiências com ações afirmativas: o caso da Unicamp. *Nexo Políticas Públicas*, 16 de março de 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinioao/2022/Experi%C3%A2ncias-com-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-o-caso-da-Unicamp>.

MAIA, Rafael; ALMEIDA, Ana Maria; NETO, José Alves. O perfil dos estudantes da Unicamp. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). *O Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. pp. 167-172.

MALDONADO, Luccas. *Arquivos em disputa: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2025.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa e promoção da igualdade: uma visão comparativa. In: SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina. (Orgs.). *Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EDUFS-CAR, 2009. p. 55-76.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Protagonismo negro: conquistas e desafios de uma luta secular. In: SANTOS, Hélio (Org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)*. São Paulo: Jandaíra, 2022. p. 80-81.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, 197-217, 2002.

NERIS, Natália. Projetos de lei de cotas nas últimas três décadas. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). *O Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. pp. 71-74.

NETO, José Alves. Linha do tempo das ações afirmativas na Unicamp. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). *O Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. pp. 101-105.

PARDUE, Derek. Hip hop as pedagogy: A look into “Heaven” and “Soul” in São Paulo, Brazil. *Anthropological Quarterly*, 673-708, 2007. Disponível em: https://muse.jhu.edu/journals/anthropological_quarterly/v080/80.3pardue.html.

PARDUE, Derek. *Ideologies of Marginality in Brazilian Hip Hop*. Nova York: Palgrave Macmillan New York, 2008.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. Amauri Mendes Pereira (depoimento, 2003/2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 5min).

PEREIRA, Amílcar. “Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no ‘Atlântico negro’”. *Ciências e Letras* (Porto Alegre), 2008.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Niterói: UFF, 2010.

PERIA, Michelle. *Ação afirmativa - um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, 2004.

PRADO, Suellen Girote. *Caminhos que levam a Geledés: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo*. São Paulo: Geledés Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021.

RAMOS, Paulo Cesar. *Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)*. Editora Elefante, 2024.

RIBEIRO, Bruna. 32 anos do CEERT: momentos históricos e perspectivas de futuro. 9 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/44745/32-anos-do-ceert:-momentos-historicos-e-perspectivas-de-futuro>.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo, SP: Jandaíra, 2019.

RIOS, Flavia. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado* (Tese de doutorado em Sociologia). São Paulo, FFLCH-USP, 2014.

RODRIGUES, Aldair; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. A importância do acervo Geledés no AEL-Unicamp. *Cadernos Afro Memória* – Vº2, Nº2, 2023, pp. 15-19.

RODRIGUES, Aldair; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Arquivo e memória negra: a documentação do movimento negro no Arquivo Edgard Leuenroth/ CEBRAP-Afro. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (Políges)*, v. 3, p. 26-38, 2022.

RODRIGUES, Aldair; SILVA, Mário Medeiros da; RAMOS, Paulo César. Anti-racism and black memory in the archives: a project to preserve black organization collections at the University of Campinas (Brazil). *Archives and Records*, vol. 42, n. 3, 304-323, 2021.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 237-256.

ROLAND, Edna Maria Santos. Edna Roland (Geledés/ Fala Preta): (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 15min).

SANTOS, Daniela Vieira. A nova condição do rap. *Estudos de Sociologia*, v. 27, p.1-21, 2022.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Reconhecimento, utopia, distopia: os sentidos da política de cotas raciais*. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 2012.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 53-76.

SANTOS, Hélio (Org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

SANTOS, Jaqueline Lima; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Archives of Hip Hop and Black Activism in Brazil. *NACLA Report on the Americas*, v. 54, 209-216, 2022.

SANTOS, Jaqueline Lima. Hip-hop and the reconfiguration of Blackness in Sao Paulo: the influence of African American political and musical movements in the twentieth century. *Social Identities*, v. 22, p. 160-177, 2016.

SANTOS, Jocélio. A experiência de ações afirmativas na UFBA. In: SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 323-337.

SANTOS, Jocélio (Org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador, BA: CEAO, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles (Org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012.

SEGNORELLI, Maria Helena. *Relatório Técnico de Catalogação Materiais Bibliográficos - Coleção King Nino Brown – KNB do AEL/IFCH/UNICAMP*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, 2022.

SILVA, Cidinha (Org.). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. 3a ed. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52, p. 369-390, 2013.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Rumos e Desafios das políticas de ações afirmativas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. In: ARTES, Amélia; RIDENTI, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil*. vol 2. São Paulo, SP: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 157-182.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. “Outra ponte sobre o Atlântico Sul: desconstrução africana e alianças político intelectuais em São Paulo nos anos 1960”. *Análise Social* 52, n.225, p. 804-826, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; MORAIS, Danilo de Souza. *Ações afirmativas: perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

SILVA OLIVEIRA, Fellipe Bruno da. *Identidade e agência de estudantes negras em contexto de letramentos acadêmicos no período de aprovação das cotas na Unicamp*. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2898>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVÉRIO, Valter; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

SILVÉRIO, Valter. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 11, n. 1, p. 30–46, 2022.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Flávia Alessandra. *Ações afirmativas no Brasil contemporâneo: dinâmicas e perspectivas*. Ilhéus, BA: Scielo Editus, 2021.

VIEIRA, Daniela; SANTOS, Jaqueline Lima (Orgs.). *Racionais: entre o gatilho e a tempestade*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

ZONINSEIN, Jonas; JUNIOR, João Feres (Orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte, MG; Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFMG: IUPERJ, 2008.

Recebido em: 18/09/2025

Aceito em: 27/11/2025